

Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 63

QUARTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	4137
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	4141
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	4143
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	4154
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	4167
EDITAIS E AVISOS.....	4170

Supremo Tribunal Federal

Presidência

DISTRIBUIÇÃO

VIGESIMA SEXTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).
AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

INQ 0000657-2/140 DF
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
INDIC. : ANTONIO ROGERIO MAGRI
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

PET 0000584-8/170 AC
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
ROTE : UNIAO FEDERAL
RODU : ESTADO DO ACRE
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
TOTAL		2		2

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE POUBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 30 DE MARÇO DE 1992.

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 11 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento a partir do próximo dia 03 de abril, contendo os seguintes processos:

AOr nº 40-8 - SP (art. 102, inc. I, alínea "n" da CF)
Rel.: Min.: Marco Aurélio. Autores: Acchiles Nivaldo Capusso e outros (Adv.: Ion Plens e outros). Réu: Estado de São Paulo (Adv.: João Saraiva Lima).

Rcl nº 377-9 - PR
Rel.: Min.: Ilmar Galvão. Rclte.: Espólio de Hermínia Rolim Lupion (Adv.: José Cid Campelo, Roberto Rosas e outros). Rcldo.: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Interessados.: João Antonio Ramon e cônjuge (Adv.: Rubens Xavier de Fraga, Maria Cristina Iriyoyen Peduzzi e outro), William Mussi e cônjuge (Adv.: Carlos Mansur Arida).

Extr. nº 544-8 - Governo da Itália
Rel.: Min.: Paulo Brossard. Repte.: Governo da Itália.
Extraditando: Francesco Ribezzo (Adv.: Edson de Siqueira Filho e outro).

MS nº 21.450-3 - MT
Rel.: Min.: Octávio Gallotti. Impte.: Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (Adv.: Miguel Seabra Fagundes). Impdo.: Governador do Estado de Mato Grosso.

Brasília, 30 de março de 1992.

LUIZ TOMIMATSU
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

*ACOr nº 407-1/010 - SC

Autora: União Federal. Ré: Papel e Celulose Catarinense S/A (Adv.: Nilton Rogério Neves).

DESPACHO: Promova a ré a citação por edital referida nas informações da Secretaria.

Prazo de 10 dias.

Brasília, 18 de março de 1992.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Relator

"Em consequência, fica a ré intimada a fornecer o resumo necessário para confecção do Edital."

*Replicado por ter saído sem a devida intimação da ré, na publicação do "Diário da Justiça" de 26/03/92."

AOr : 0000126-9/TO MIN. MARCO AURELIO

PARTES

Autor - ANTONIO FELIX GONCALVES
Adv. - JOSE WALTER DE SOUSA FILHO
Reu - PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO: 1. Junte-se.

2. Venham-me os autos, para exame do pedido de desistência.

3. Publique-se.

Brasília, 26 de março de 1992.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS-CORPUS

HC nº 69.024-6 - RJ

Impte.: André Vidigal de Oliveira. Coator: Superior Tribunal de Justiça - STJ. Pactes.: Pedro Nabuco e outros.

DESPACHO: A decisão concessiva do habeas corpus já foi comunicada ao Superior Tribunal de Justiça - autoridade coatora -, inclusive com remessa da cópia do acórdão.
Publique-se.

Brasília, 24 de março de 1992.

Ministro ILMAR GALVÃO
Relator

HC nº 69.344-0/130 - RJ

Impte.: Nêlio Roberto Seidl Machado. Coator: Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pacte.: Júlio Cesar Springer de Aboim Pitanga).

DESPACHO: Vistos.

1. Em face dos termos das informações, de fls. 67/69, indefiro a liminar pleiteada, a fim de ser adiado o julgamento do paciente, que já se designou para 30.3.1992, até a decisão deste habeas corpus.

2. Na conformidade da orientação do STF, a competência, na espécie, é, efetivamente, do Tribunal de Justiça, a teor do art. 96, III, da Constituição Federal. Não incide, aqui, a regra do art. 59, XXXVIII, letra "d", da Lei Magna em vigor.

3. Tornam, de outra parte, insuscetível de dúvida as informações que o paciente terá ampla defesa, seguindo-se, no julgamento, as regras de publicidade dos atos judiciais e do devido processo legal, o que seria, de resto, de presumir, porque se trata de julgamento de um magistrado, perante um Tribunal de Justiça venerando.

4. No que concerne ao estado de saúde do paciente, em virtude de acidente automobilístico que sofreu (fls. 28), constitui matéria a ser apreciada pela Corte julgadora.

5. Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o indeferimento da liminar, tendo em conta a data do julgamento (30.3.1992).

6. Publique-se.

Brasília, 27 de março de 1992.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA
Relator

HABEAS CORPUS Nº 69.350-4 SÃO PAULO (MEDIDA LIMINAR)

Impte.: Orestes Mazieiro - Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Pacte.: Luis Antônio Lopes Salvador.

DESPACHO: 1. Requistem-se informações ao órgão apontado como coator.

2. Indefiro a liminar requerida, uma vez que não vislumbro a ocorrência, na espécie, da plausibilidade jurídica do pedido.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 53.631,00	Cr\$ 13.608,00	Cr\$ 48.748,00	Cr\$ 54.365,00	Cr\$ 86.089,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 26.136,00	Cr\$ 12.804,00	Cr\$ 22.968,00	Cr\$ 26.136,00	Cr\$ 47.256,00
Aéreo	Cr\$ 74.580,00	Cr\$ 36.630,00	Cr\$ 74.580,00	Cr\$ 74.580,00	Cr\$ 134.970,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/399/314/317/328/325
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Os elementos constantes dos autos evidenciam que o ora paciente - que se achava preso preventivamente - foi requisitado, citado in faciem e interrogado. Essa ordem seqüencial - em que o interrogatório foi precedido de concretização da necessária citação - foi observada pela autoridade judiciária processante.

É de registrar, ainda, que o magistrado designou curador ao ora paciente, na pessoa de um Oficial de Justiça, para assistir o réu quando da realização de seu interrogatório judicial. Segundo assevera a doutrina (JULIO FABBRINI MIRABETE, "Processo Penal", pag. 271, 1991, Atlas), com apoio na jurisprudência dos Tribunais (RT 582/361),

"Não se exige a nomeação de curador legalmente habilitado para a advocacia, podendo ela recair em pessoa leiga."

Esses aspectos, contudo, por envolverem o próprio thema decidendum, serão analisados em momento procedimentalmente oportuno.

3. Expeça-se telex, com urgência, à Eg. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de Direito da Comarca de Mococa (Vara do Júri), Estado de São Paulo, comunicando-lhes o indeferimento da liminar requerida pelo ilustre impetrante na presente ação de habeas corpus.

Publique-se.

Brasília, 27 de março de 1992.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Ag 140.328-4-SP

Agravante: Álvaro de Paula Nogueira (Advs.: Clodoaldo Ribeiro Machado e outros). Agravado: Espólio de Regina Therezinha Borghi (Advs.: Elziar Aparecido Fernandes e outros).

Vistos, etc.

1. O Juízo concluiu pela improcedência do pedido formulado em ação ordinária de partilha de bens e acolheu o pleito formulado em reintegratória. Oposta apelação pelo ora Agravante, a egrégia Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve, por votação unânime, o que decidido. Na oportunidade, frente ao quadro probatório dos autos, refutou a existência de sociedade de fato. Para tanto, aludiu à circunstância de entre o Agravante e a falecida não ter havido qualquer óbice a uma união formalizada, salientando, ainda, o fato de o primeiro haver mencionado aquisição de bens em nome próprio, durante a vida em comum, sem, no entanto, requerer fossem colacionados, exsurgindo, daí, o sinal da perfeita divisão dos bens. A Corte reportou-se à prova testemunhal, informando que nela não restou evidenciada, de forma segura, a propriedade comum sobre os bens em litígio (folhas 28 a 31).

No extraordinário interposto com alegada base na alínea "a" do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, o Agravante ressalta a regra insculpada no § 3º do artigo 226 da Carta, segundo a qual "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento". A partir de tal princípio, argumenta que o concubinato revela-se situação de direito, sendo equiparável à união estável. O Tribunal de origem, ao admitir a convivência do Agravante com a falecida como se marido e mulher fossem, por mais de vinte e cinco anos, e negar o direito à meação sobre todos os bens do espólio, teria inobservado o mandamento constitucional (folhas 33 a 36).

O Juízo primeiro de admissibilidade consignou a ausência de prequestionamento do tema constitucional. Enfrentando recurso especial protocolado concomitantemente, também pronunciou-se pelo descabimento (folhas 11 e 12).

O Agravante, com a minuta de folhas 4 a 6, sustenta que a questão constitucional foi suscitada e discutida nos autos e que não se pode usar de excessivo rigor quanto ao instituto do prequestionamento.

O Agravado trouxe aos autos a contraminuta de folhas 89 a 92, na qual afirma que o enquadramento buscado é insustentável, pois demandaria revisão dos elementos de prova para dizer-se da existência de efetiva contribuição reveladora da sociedade de fato. A matéria não teria sido objeto de decisão, esbarrando o recurso nos verbetes 282 e 356 que integram a Súmula da jurisprudência predominante deste Tribunal.

A folha 98 despachei, solicitando informações ao Superior Tribunal de Justiça sobre o agravo interposto contra decisão denegatória do processamento do especial, instando as partes a anteciparem-se à notícia. O Agravado manifestou-se à folha 103, dando conta de que o agravo não frutificou. À folha 106 voltei a despachar, objetivando saber junto ao Superior Tribunal de Justiça da preclusão do que decidido, vindo aos autos o ofício de folha 108 informando o decurso do prazo recursal. Assim, não mais subsiste motivo para manter-se sobrestado este recurso.

ADVOGADO : Dr(a). ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE
 RECORRIDO : JOSE DA COSTA PRADO
 ADVOGADO : Dr(a). MARCIO VASQUES T DE ALMEIDA

PROCESSO : RR 027553 / 91 - 2 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEE
 ADVOGADO : Dr(a). IVO EVANGELISTA DE AVILA
 RECORRIDO : ALCIDES JOSUE BALESTRO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO

PROCESSO : RR 028183 / 91 - 8 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 REVISOR : MIN. HELIO REGATO
 RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA E
 : VIGILANCIA DE CASCAVEL
 ADVOGADO : Dr(a). GERALDO ROBERTO C VAZ DA SILVA
 RECORRIDO : PIRES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA
 ADVOGADO : Dr(a). LIZETE MUNTONI FERNANDES

PROCESSO : RR 028232 / 91 - 0 . TRT DA 15a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
 ADVOGADO : Dr(a). HELVECIO ROSA DA COSTA
 RECORRIDO : NELSON PRADO SAMPAIO FILHO E OUTRO
 ADVOGADO : Dr(a). JUVENAL C DE AZEVEDO CANTO

PROCESSO : RR 028355 / 91 - 4 . TRT DA 05a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : ROSALINA CORDEIRO DE ALMEIDA
 ADVOGADO : Dr(a). ILDELIO MARTINS
 RECORRIDO : USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A E OUTRA
 ADVOGADO : Dr(a). BOLIVAR FERREIRA DA COSTA

PROCESSO : RR 028446 / 91 - 3 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : CLOVIS SOTER
 ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO
 RECORRIDO : CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEE
 ADVOGADO : Dr(a). BEATRIZ PARRACHO SANTIAGO

PROCESSO : RR 028467 / 91 - 7 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE
 : BAGE
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
 RECORRIDO : BANCO ITAU S/A
 ADVOGADO : Dr(a). GUSTAVO PAIM VASQUES

PROCESSO : RR 028485 / 91 - 8 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO ECONOMICO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE MARIA DE SOUZA ANDRADE
 RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE
 : PASSO FUNDO
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 028505 / 91 - 8 . TRT DA 03a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA
 ADVOGADO : Dr(a). LEANDRO PENNA PESSOA
 RECORRIDO : SIRLENE DE ASSIS PEREIRA FERREIRA
 ADVOGADO : Dr(a). MARCO ANTONIO DE CASTRO

PROCESSO : RR 028598 / 91 - 9 . TRT DA 06a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : ENGENHO SANTA TEREZINHA (ERNANE VANDERLEI REGO)
 ADVOGADO : Dr(a). ANNE HELENA FISCHER INOJOSA
 RECORRIDO : AUGUSTO PEDRO DA SILVA E OUTROS

PROCESSO : RR 028616 / 91 - 4 . TRT DA 03a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA
 : SOCIAL - INAMPS
 ADVOGADO : Dr(a). THEREZINHA DE JESUS SA
 RECORRIDO : MARIA DA LUZ CORREA
 ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIA MOHALLEM

PROCESSO : RR 028643 / 91 - 1 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
 ADVOGADO : Dr(a). ROGERIO AVELAR
 RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE
 : PORTO ALEGRE
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 028782 / 91 - 2 . TRT DA 02a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : SIRLINEI BERTOLUCCI DE REZENDE
 ADVOGADO : Dr(a). PAULO DONIZETI DA SILVA
 RECORRIDO : KS PISTOES LTDA
 ADVOGADO : Dr(a). GUIDO SANTINI JUNIOR

PROCESSO : RR 028862 / 91 - 1 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO
 : DO RIO GRANDE DO SUL
 ADVOGADO : Dr(a). DIRCEU JOSE SEBBEN
 RECORRIDO : ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS
 ADVOGADO : Dr(a). GENI MARTINS DA ROSA

PROCESSO : RR 028883 / 91 - 4 . TRT DA 04a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL

RECORRENTE : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 : - IPERGS
 ADVOGADO : Dr(a). DIRCEU JOSE SEBBEN
 RECORRIDO : BEATRIZ REGINA DA SILVA MOTTA
 ADVOGADO : Dr(a). SANDRA ALBUQUERQUE

PROCESSO : RR 029139 / 91 - 3 . TRT DA 15a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 REVISOR : MIN. HELIO REGATO
 RECORRENTE : SUL BRASILEIRO SP - CREDITO IMOBILIARIO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS MOANA
 RECORRIDO : OLAVO ROSA VILAS BOAS
 ADVOGADO : Dr(a). MOACYR GERONIMO

PROCESSO : RR 030167 / 91 - 3 . TRT DA 12a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 ADVOGADO : Dr(a). SERGIO LUIZ VERONESE JUNIOR
 RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE
 : BRUSQUE, BATUVERA, GUABIRUBA, NOVA TRENTO, SAO JOAO
 : BATISTA, CANELINHA, TIJUCAS, MAJOR GERCINO E LEOBERTO
 : LEAL
 ADVOGADO : Dr(a). ROSANA LETZOV

PROCESSO : RR 030212 / 91 - 5 . TRT DA 12a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : TANIA SOARES REBELLO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). PAOLA GOMES DE PAIVA ESTRELLA
 RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO : RR 030595 / 91 - 8 . TRT DA 02a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : ADI CARLOS IARINI
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
 RECORRIDO : VARIG S/A - VIACAO AEREA RIOGRANDENSE
 ADVOGADO : Dr(a). MONICA MOZETEC

PROCESSO : RR 031073 / 91 - 9 . TRT DA 02a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : AMBROSINA DE JESUS PRADO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). MANOEL J. BERETTA LOPES
 RECORRIDO : HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA
 : UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
 ADVOGADO : Dr(a). MARIA FERNANDA R M T MARTINS

PROCESSO : RR 031119 / 91 - 9 . TRT DA 02a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : JOSE CARLOS MARAR
 ADVOGADO : Dr(a). DJALMA DA SILVEIRA ALLEGRO
 RECORRIDO : S/A O ESTADO DE SAO PAULO
 ADVOGADO : Dr(a). ELIANA AMARAL F P DE MEDEIROS

PROCESSO : RR 031141 / 91 - 0 . TRT DA 03a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO NACIONAL S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE
 RECORRIDO : LUMINATO JOSE DE ALMEIDA E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 031217 / 91 - 9 . TRT DA 09a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. JOSE CARLOS DA FONSECA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
 ADVOGADO : Dr(a). CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
 RECORRIDO : APARICIO GONCALVES LOPES
 ADVOGADO : Dr(a). PEDRO PAULO PAMPLONA

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO.

MARCIO ANTERO DE CARVALHO
Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 14ª SESSÃO, EM 19 DE MARÇO DE 1992 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausente o Ministro Aldo Fagundes.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **RECURSO CRIMINAL 6.019-2 - PR** - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de 19.12.91, que julgou extinta, pela prescrição, a punibilidade do ex-3º Sgt Ex ROMÃO AUGUSTO ORTEGA. Advs Drs Aírton Passos de Souza, Carlos Roberto de Matos, Edson Santos Martins e Ramon da Silva Pinto. **POR UNANIMIDADE**, foi conhecido e negado provimento ao recurso. (OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e WILBERTO LUIZ LIMA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **HABEAS CORPUS 32.828-9 - PA** - Relator Ministro George Belham da Motta. **PACIENTE:** OZILEI FERREIRA DE OLIVEIRA, conscrito, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impetrante: Cel CARLOS, Comte do 52º BIS. **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal conheceu do pedido e concedeu a ordem para anular o Termo de Insubmissão lavrado contra o Paciente, por erro administrativo. (OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e WILBERTO LUIZ LIMA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.550-4 - RJ** - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** JORGE DA SILVA MENEZES, Cb Mar, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187, do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 30.09.91. Advºs Drs Ana Maria Theodoro de Castro Auffinger e Tânia Sardinha Nascimento. **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (OS MINISTROS EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e WILBERTO LUIZ LIMA NÃO ASSISTIRAM AO RELATÓRIO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **MANDADO DE SEGURANÇA 214-6 - RJ** - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. **IMPETRANTE:** ROSALI CUNHA MACHADO LIMA, Juíza-Auditora Substituta da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, impetra Mandado de Segurança visando assegurar a retificação da Ata da Sessão Administrativa de 04.02.92, com medida liminar. Adv Dr Paulo Goldrajch. **POR UNANIMIDADE**, foi denegado o mandamus, por inexistência de direito líquido e certo a ser protegido. (O MINISTRO RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **QUESTÃO ADMINISTRATIVA 249-6 - DF** - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. O Exmº Sr Ministro-Presidente deste Egrégio Tribunal submeteu a apreciação do Plenário a decisão do Tribunal de Contas da União in consulta formulada pelo STM com Ofício nº 015/PRES, de 29.01.91, com relação aos militares da ativa em serviço nesta Corte. **(SESSÃO SECRETA)**. - Em prosseguimento ao julgamento interrompido em 10.03.92, após pedido de vista formulado pelo Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, o Tribunal, **POR MAIORIA**, decidiu continuar pagando aos militares da ativa, considerados no item "b" da consulta feita ao TCU, por conta da Verba Orçamentária específica, as gratificações constantes do Anexo III do parecer da Presidência e, em consonância com o item II da decisão do TCU, conseqüente da consulta formulada por esta Corte, em 29.01.91. Os Ministros HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA (Presidente) e LUIZ LEAL FERREIRA votavam pelo não pagamento das gratificações Judiciária e Extraordinária aos militares da ativa, à disposição do Tribunal, que exercem funções de natureza militar. O Ministro PAULO CÉSAR CATALDO reformulou o seu voto, para concordar com a proposta da Presidência, visando a que o pagamento das gratificações Judiciária e Extraordinária não resulte em agregação prejudicial à carreira dos colaboradores militares, mas alvitando que se substituam aquelas gratificações por novos valores para a gratificação de representação. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES e CHERUBIM ROSA FILHO abstiveram-se de votar. O Ministro HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA (Presidente) fará voto vencido. O Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO apresentará declaração de voto.

- **APELAÇÃO 46.484-0 - MS** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 9ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 06.08.91, que absolveu o Sd Ex SILVIO FÉLIX DA SILVA, do crime previsto no art 280, do CPM. Adv Dr Jorge A. Siufi. **(SESSÃO SECRETA)**.

- **APELAÇÃO 46.576-6 - DF** - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 11ª CJM, de 04.11.91, que absolveu a Sd PM/DF WELLEN DE ARAÚJO FERREIRA, do crime previsto no art 315, do CPM. Advs Drs Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto. **(SESSÃO SECRETA)**.

- **APELAÇÃO 46.467-0 - PA** - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM e os Sds FN FERDINANDO GONÇALVES DE SOUSA, condenado a 08 meses de prisão, incurso nos arts 195 e 241 c/c o art 79, e RAIMUNDO DE OLIVEIRA MENDES, condenado a 05 meses de prisão, incurso no art 195, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 21.05.91, que condenou os apelantes e o Sd FN RUI GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA a pena de 03 meses de prisão, incurso no art 195, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. Advº Drª Suely Pereira Ferreira. **(SESSÃO SECRETA)**.

- **APELAÇÃO 46.609-6 - SP** - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** DECIO ROIZMAN, civil, condenado a 01 ano de reclusão, incurso no art 312, do CPM, com o direito de apelar em liberdade por decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor, de 18.12.91. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 2ª CJM, de 20.06.91. Advs Drs Ariosvaldo de Góis Costa Homem e Reinaldo Silva Coelho. **(SESSÃO SECRETA)**.

Publica-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, a decisão relacionada com o processo julgado na 12ª Sessão, em 12.03.92:

- **APELAÇÃO 46.601-2 - RJ** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 21.11.91, que absolveu o Sd Ex MARCIO LUIZ BRANDÃO DOS SANTOS, do crime previsto no art 183, do CPM. Advº Drª Clarice do Nascimento Costa. **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO EVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

A Sessão foi encerrada às 18:30 horas.

Processos em mesa:

Emb 46.443-7(RB/AF)1ª AUDAER Adv Janete Zdanowski Ricci
Apel 46.600-2(WL/AF)1ª AUDEX proc 014/91- Advºs Clarice do N.Costa e outra
Apel 46.591-1(WL/AF)2ª AUDAER proc 514/91-2 Advª Teresa da S.Moreira

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

ATA DA 15ª SESSÃO, EM 24 DE MARÇO DE 1992 - TERÇA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.
Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **APELAÇÃO 46.523-5 - PE** - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Jorge José de Carvalho. **APELANTE:** RINALDO ARAÚJO DE SOUZA, MN, condenado a 03 meses de prisão, incurso no art 195 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 7ª CJM, de 04.09.91. Advª Drª Ivone Cerqueira de Carvalho. **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO CHERUBIM ROSA FILHO NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- **EMBARGOS 46.443-7 - RJ** - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **EMBARGANTE:** RUBENS RODRIGUES DA SILVA, Taif Aer. **EMBARGADO:** O Acórdão do STM, de 14.11.91. Advª Drª Janete Zdanowski Ricci. **POR MAIORIA**, foram acolhidos os Embargos para, reformando o r. Acórdão atacado, absolver o Embargante, com fulcro no artigo 439, alínea "e", do CPPM, contra os votos dos Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, PAULO CÉSAR CATALDO, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, CHERUBIM ROSA FILHO e WILBERTO LUIZ LIMA. O Ministro PAULO CÉSAR CATALDO fará voto vencido.

- **APELAÇÃO 46.600-2 - RJ** - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** MARCO ANTONIO FERREIRA SOBRINHO, 3º Sgt Temp Ex, condenado a 02 meses de prisão, incurso no art 210, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 13.11.91. Advºs Drs Clarice do Nascimento Costa e Eleonora Salles de Campos Borges. **POR MAIORIA**, foi negado provimento ao apelo, contra os votos dos Ministros WILBERTO LUIZ LIMA (Relator), EDUARDO PIRES GONÇALVES e EVERALDO DE OLIVEIRA REIS que davam provimento para absolver o recorrente com base no art 439, alínea "b", do CPPM.

- **APELAÇÃO 46.591-1 - RJ** - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** SANDRO LOPES PINHEIRO, Sd Ex, condenado a 02 meses de impedimento, incurso no art 183, § 2º, alínea "b", do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 12.11.91. Advª Drª Teresa da Silva Moreira. **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa e, **NO MÉRITO**, negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.498-0 - RJ** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** PAULO CÉSAR DO CARMO, Sd Ex, condenado a 02 meses de detenção, incurso no art 209, c/c o art 210, ambos do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 01.08.91. Advºs Drs Clarice do Nascimento Costa e Ana Maria David Cortez. **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, absolver o recorrente, com fundamento no art 439, letra "c", do CPPM. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

- **APELAÇÃO 46.551-0 - RJ** - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro George Belham da Motta. **APELANTE:** WILSON RAMOS VILELA, 3º Sgt Temp Ex, condenado a 06 anos de reclusão, incurso no art 205 c/c o art 30, inciso II, do CPM, com o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 06.09.91. Adv Dr Claudionor Oliveira de Aguiar. **(SESSÃO SECRETA)**.

- **APELAÇÃO 46.598-7 - DF** - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM e CARLOS VAGNER KOS SANTOS, CB-PM/DF, condenado a 02 meses e 20 dias de prisão como incurso, por desclassificação, no art 210 c/c o art 70, letra "l", tudo do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 24.10.91. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto. **(SESSÃO SECRETA)**.

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados na 13ª Sessão, em 17.03.92:

- **EMBARGOS 45.388-5 - SP** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **EMBARGANTES:** AIRTON APARECIDO DE OLIVEIRA e CARLOS ROBERTO MORAES BARBOSA, civis. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 05.02.91. Advs Drs George Tavares e Odacy de Brito Silva. - Em prosseguimento ao julgamento, interrompido em 27.02.92, após pedido de vista do Ministro PAULO CÉSAR CATALDO, **POR MAIORIA**, foi rejeitada a preliminar suscitada pela PGJM, contra os votos dos Ministros JORGE JOSÉ DE CARVALHO e WILBERTO LUIZ LIMA. **NO MÉRITO**, também, **POR MAIORIA**, foram rejeitados os Embargos, por falta de amparo legal. Os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO e JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA acolhiam os Embargos para reconhecer e declarar incompetente a Justiça Militar para processar e julgar os Embargantes, sendo que o Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA determinava, ainda, a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulo. Os Ministros Paulo César Cataldo e George Belham da Motta farão voto vencido. (IMPEDIDO O MINISTRO ALDO FAGUNDES). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO).

- **APELAÇÃO 46.563-4 - AM** - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM e MARCOS JOSÉ CARLOS DA SILVA, Sd Ex, condenado a 02 meses e 10 dias de prisão, incurso no art 210, § 2º, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 20.09.91. Adv Dr João Thomas Luchsinger. - **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada a preliminar de nulidade suscitada pela Defesa e, **NO MÉRITO**, negado provimento a ambos os apelos. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **APELAÇÃO 46.577-4 - PR** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 07.11.91, que absolveu o 3º Sgt Ex ADRIANO REIS BATISTA do crime previsto no art 206, do CPM. Adv Dr Edgar Leite dos Santos e Anne Elisabeth Nunes de Oliveira. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

A Sessão foi encerrada às 18:25 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.513-8(ER/EG)1ª AUDEX proc 006/91-9 Advª Clarice do N.Costa
Apel 46.560-0(AF/ER)1ª AUDMAR proc 013/91-9 Advª Adelcy M.R.S.Correa
Apel 46.604-5(PC/GB)Aud 12ª proc 012/91-5 Adv Benedito de J.P.Tavares
Apel 46.533-2(ST/WL)1ª/3ª pro 001/91-6 Adv Luiz Armando Dariano.

ATA DA 16ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1992 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antônio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausente o Ministro Aldo Fagundes.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **APELAÇÃO 46.513-8 - RJ** - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 25.07.91, que absolveu o Cb Ex COSME SANT'ANNA FERNANDES, do crime previsto no art 210, do CPM. Advª Drª Clarice do Nascimento Costa. (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.604-5 - AM** - Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro George Belham da Motta. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM e ANTONIO JORGE DE OLIVEIRA CABRAL, Sd Ex, condenado a 02 meses de prisão, incurso no art 210, caput, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 20.11.91. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.533-2 - RS** - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Wilberto Luiz Lima. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 29.08.91, que absolveu o 2º Ten Temp Ex CARLOS ANTONIO BARZONI DUTRA, do crime previsto, por desclassificação, no art 210, § 1º, do CPM. Adv Dr Luiz Armando Dariano. (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.541-3 - RJ** - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTES:** CLAUDEMAR CAMARA DE FIGUEIREDO, 1º Sgt FN, e VALMIR REIS COSTA, 2º Sgt FN, condenados a 01 ano de prisão, incursos no art 315, do CPM, com o benefício do sursis, pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 17.09.91. Advª Drª Eliane Otto ni de Luna Freire. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (OS MINISTROS RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **EMBARGOS 46.444-5 - RJ** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **EMBARGANTE:** JOSÉ CARLOS LOURENÇO DA SILVA, civil. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 19.09.91. Advª Drª Marilena da Silva Bittencourt. - **POR MAIORIA**, foram rejeitados os Embargos mantendo-se o r. Acórdão hostilizado, contra os votos dos Ministros PAULO CÉSAR CATALDO (Revisor), GEORGE BELHAM DA MOTA e JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA que acolhiam para absolver o Embargante, com base no art 439, letra "b", do CPPM. (OS MINISTROS RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.616-0 - AM** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** RICARDO SAMPAIO SOARES, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inciso I, ambos do CPM, sendo-lhe concedido, ainda, o indulto, por decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor, de 21.01.92. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 12.12.91. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo. (O MINISTRO ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados na 14ª Sessão, em 19.03.92:

- **APELAÇÃO 46.484-0 - MS** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 9ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 06.08.91, que absolveu o Sd Ex SILVIO FELIX DA SILVA, do crime previsto no art 280, do CPM. Adv Dr Jorge Antonio Siufi. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.576-6 - DF** - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 04.11.91, que absolveu a Sd PM/DF WELLEN DE ARAUJO FERREIRA, do crime previsto no art 315, do CPM. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto. - **POR MAIORIA**, foi dado provimento ao apelo para, reformando a Sentença a quo, condenar a recorrida à pena de 01 ano de reclusão, convertida em prisão, por infringência ao art 315, c/c os arts 312 e 59, tudo do CPM, concedendo-lhe o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos, nas condições previstas no Acórdão. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS negava provimento ao apelo. (O MINISTRO JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (O MINISTRO GEORGE BELHAM DA MOTA NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO).

- **APELAÇÃO 46.467-0 - PA** - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM e os Sds FN FERDINANDO GONÇALVES DE SOUSA, condenado a 08 meses de prisão, incurso nos arts 195 e 241, c/c o art 79, e RAIMUNDO DE OLIVEIRA MENDES, condenado a 05 meses de prisão, incurso no art 195, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 21.05.91, que condenou os apelantes e o Sd FN RUI GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA a pena de 03 meses de prisão, incurso no art 195, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. Advª Drª Suely Pereira Ferreira. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo de FERDINANDO GONÇALVES DE SOUSA, Sd FN e, **POR MAIORIA**, negado provimento ao recurso do MPM, contra os votos dos Ministros GEORGE BELHAM DA MOTA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS e WILBERTO LUIZ LIMA que davam parcial provimento ao mesmo, para condenar o apelante apelado a 01 ano e 06 meses de prisão. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo do MPM quanto a RUI GUILHERME DA SILVA, Sd FN e RAIMUNDO DE OLIVEIRA MENDES, Sd FN, e dado provimento parcial ao apelo deste último, para conceder-lhe o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos, nas condições contidas no Acórdão, designando o Juízo da Auditoria da 8ª CJM para presidir a audiência admonitória, na forma do art 611, do CPPM. (O MINISTRO JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **APELAÇÃO 46.609-6 - SP** - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** DECIO ROIZMAN, civil, condenado a 01 ano de reclusão, incurso no art 312, do CPM, com o direito de apelar em liberdade por decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor, de 18.12.91. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria da 2ª CJM, de 20.06.91. Adv Dr Ariosvaldo de Gois Costa Homem e Reinaldo Silva Coelho. - **POR UNANIMIDADE**, decidiu o Tribunal determinar a baixa dos autos em diligência, para o cumprimento dos arts 302, 411 e 446, do CPPM. (O MINISTRO JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

A Sessão foi encerrada às 18:40 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.560-0(AF/ER)1ª AUDMAR proc 013/91-9 Advª Adelcy M.R.S.Correa
Apel 46.606-1(GB/PC)1ª/2ª proc 009/91-2 Adv Júlio Cardella e outro
Apel 46.529-4(PC/RF)Aud 12ª proc 015/90-6 Adv João Thomas Luchsinger

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 033

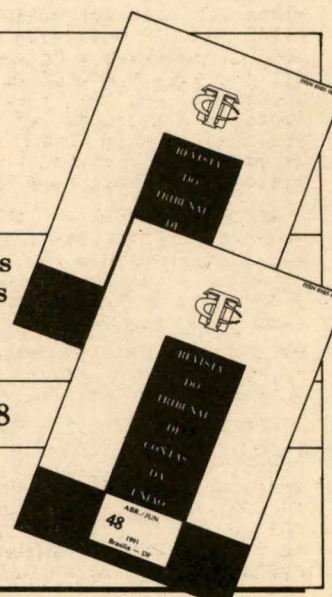
- **APELAÇÃO Nº 46.619-5** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Adv Dr Demerval Houly Lellis e Ivone Cerqueira de Carvalho.

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

As decisões e pronunciamentos emitidos pelo Tribunal de Contas da União, suas atribuições, competência, organização e composição. Publicação trimestral.

NÚMEROS DISPONÍVEIS: 41 a 48

Informações:
Seção de assinaturas e vendas.
Telefone:
226-6812 e 321-5566 Ramal 314/339/325.



Editais e Avisos

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 248, da Lei Nº 8.112, de 11.12.90, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 12.12.90,

CONVOCA

Os (as) beneficiários (as) de pensões estatutárias concedidas até 12.12.90 e decorrentes de óbitos de ex-membros ou ex-servidores do Tribunal Superior do Trabalho, pensões ainda não mantidas

por este Órgão, a se habilitarem junto a esta Corte para que passe a manter os correspondentes benefícios. A habilitação dos (as) pensionistas, pessoalmente ou por procurador (a) legalmente instituído (a), processar-se-á junto ao Serviço de Pessoal do TST, situado à Praça dos Tribunais Superiores, Bloco D - 1º andar - Ed. Sede - BRASÍLIA/DF, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, solicitando a transferência do pagamento da pensão para o TST;
- Cédula de Identidade;
- CIC;
- Registro de Nascimento e/ou Casamento;
- Certidão de óbito do instituidor da pensão;
- Último carnê de benefício emitido pelo INSS e/ou contra-cheque emitido pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
- Declaração emitida pelo INSS e/ou Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, onde conste o percentual de participação do (a) beneficiário (a), na pensão;
- Agência bancária e respectivo nº da conta-corrente.

Os documentos de que tratam as alíneas "b" a "h" podem ser juntados por cópia autêntica.

Os (as) interessados (as) em informações adicionais devem dirigir-se à Diretoria do Serviço de Pessoal do TST - telefones (061) 216-4229 ou 216-4230.

Brasília-DF., 25 de março de 1992.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

(DIAS: 30, 31/03 e 01/04/92)

PARECERES DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ANO	1980	1981	1982	1984	1985
TOMO	—	I	II	I a III	I a IV

Aquisições: Imprensa Nacional

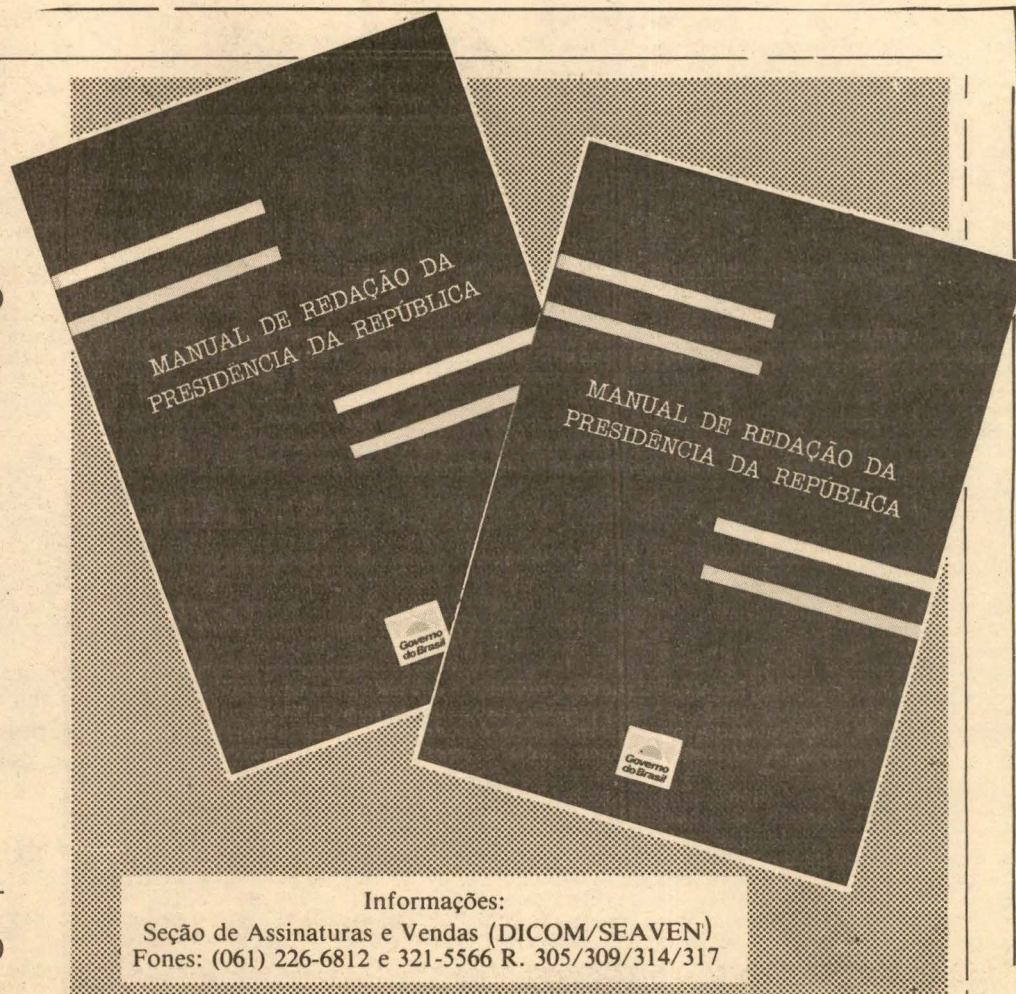
End.: SIG - Q. 6, L. 800

CEP 70604 - Brasília - DF

Redija sem medo

Tudo sobre redação e comunicações oficiais abordado de forma simples e didática no **MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Os aspectos ortográficos e gramaticais, a técnica legislativa, conceitos e elaboração de atos normativos e processo legislativo. Acompanham exemplos e modelos.

Aquisições mediante cheque nominal à Imprensa Nacional, SIG — Quadra 06 — Lote 800 Brasília-DF — CEP: 70604



Informações:

Seção de Assinaturas e Vendas (DICOM/SEAVEN)
Fones: (061) 226-6812 e 321-5566 R. 305/309/314/317